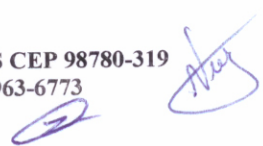


Ata nº. 006/2025

1 Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco às 18
2 horas e 30 minutos, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde nas
3 dependências da Câmara Municipal de Vereadores em reunião
4 Extraordinária e Audiência Pública. Foi registrada a presença dos
5 seguintes conselheiros (as): Pedro Prestes dos Santos, Délcio Stefan,
6 Rogério Giaretta, Cláudia Signori, Ademir Souza, Ademir Rosa, Silvano
7 Cervo, Daiane da Silva Santini, Sônia Petrazzini, Raul Heimerdinger,
8 Paulo César Pich, Fernanda R. Schley Alves, Anderson Noro, Simoni A.
9 Fernandes, Rafael M. Gasparetto, Lino Puhl, Cláudio de Oliveira Souto,
10 Fábio Gonçalves Soares, Ricardo Totel, Stefani Miranda Couto, Cláudia
11 Andréia Roncato, Daniela M. da Rosa, Irineu Tramm, Carla R. Huff
12 Bonesso, Marcelo Matias Glass, Merlym Ziembowicz, Neli Fátima
13 Francisquina, Pablo Neimar Guerra, Lídia Santini, Beatir Henrich
14 Uhlmann, André Eduardo da Rosa, Maria Benilde Scherer, Márcia T. R.
15 G. da Silva, Ari Dresch e os visitantes: Ana Luíza da Silva, Jair Almeida,
16 Cleidi Lais Petter Padia, Bruna do Amaral da Rosa, Jenifer Borges, Edson
17 Junior, Sandra Heming, Lyandra Feisther, Maria Bernardo, Romeu
18 Correa, Gilmar Correa, e Cristiane. A Audiência Pública foi coordenada
19 pela Comissão de Saúde, Direitos Humanos e Assistência Social sob a
20 coordenação do vereador Aurio Carvalho Spengler, que inicialmente
21 saudou os colegas vereadores, conselheiros e demais presentes na reunião.
22 Na continuidade o vereador Aurio passou a palavra para a vereadora
23 Cleonice Elisete Brinhol para apresentação do Edital de Convocação da
24 Audiência. Após passou a palavra para os representantes da Fundação
25 Municipal da Saúde, Delcio Stefan para suas considerações iniciais,
26 Delcio ressaltou a importância da apresentação do relatório do 1º.
27 Quadrimestre que se destaca pelas ações da Atenção Básica, primeira ação
28 realizada no início do ano foi a mudança dos horários do acolhimento que
29 é estendido no turno da manhã até as 11 horas e da tarde até as 17horas
30 que evita a aglomeração, inclusive na busca de atendimento de pessoas do
31 pronto atendimento do município - UPA, que já teve uma redução não
32 muito significativa mas teve em função da pessoa ter seu acesso na UBS
33 durante o dia, não são situações graves mas têm o seu acolhimento. Outra
34 ação importante é a implantação do terceiro turno na UBS da Planalto, é
35 um programa de grande aceitação pela comunidade, e com foco no
36 trabalhador. Também a ação da macrorregião, o SUS digital, foi
37 contratado o FEMA e a UNIJUI, que irão realizar uma capacitação nos 78
38 municípios da região macro missioneira, a região de Santa Rosa e Santo
39 Ângelo com a faculdade do FEMA e a região de Ijuí e Cruz Alta com a
40 universidade da UNIJUI. Além da capacitação nos municípios, hospitais,
41 UPAS, terá uma sala de atendimento digital, com o foco para as pessoas

Ata nº. 006/2025

42 não se deslocar para outras regiões principalmente para o retorno de uma
43 consulta que poderia ser virtual, e o mesmo espaço pode ser utilizado para
44 o usuário e outro profissional da casa. Hoje os retornos são presenciais
45 precisa mudar a cultura que muitas vezes é realizar um exame básico.
46 Outra ação, é a integração total dos sistemas, depois de três reuniões com
47 a empresa que presta o serviço, em maio começou-se fazer efetivamente a
48 troca do sistema e integrar os dados, tivemos uns dias mais pesados que é
49 a mudança do sistema mas que é o esperado e não é um momento fácil,
50 mas trabalhando com as equipes e fazendo uma avaliação diária isso vem
51 reduzindo, e logo estará superado e vamos ter outras ações e usar melhor
52 o sistema e vamos trabalhando com o cadastro único, após a licitação do
53 sistema pelo município estamos caminhando para uma base de dados
54 únicos. Foram transferidos 150 milhões de registros para o novo sistema,
55 e o novo sistema já possui 12 milhões de registros. O sistema vai permitir
56 trabalhar com a inteligência artificial para ações como retorno de
57 consultas, receitas, filtros e regulação. Após as considerações, o Diretor
58 Ademir Rosa passou a apresentar os indicadores de Saúde do Relatório de
59 Gestão do 1º Quadrimestre de 2025, encaminhado para os conselheiros
60 via e-mail e grupo de conselheiros no WhatsApp para análise prévia.
61 Após a apresentação foi aberto espaço para perguntas e respostas.
62 Primeira inscrita Benilde, a conselheira relata que não é pelo número de
63 ações que se faz a avaliação e sim pelo resultado das ações. Outra
64 observação, não sendo a primeira vez, os dados da mortalidade infantil e a
65 questão da sífilis não estão sendo avaliadas porque são questões super
66 importantes e isso sim é um resultado, na mortalidade infantil,
67 independentemente de quantas crianças são atendidas, deve ser avaliado
68 se o atendimento é qualificado e se a mortalidade está diminuindo, que
69 por muitos anos este era um gargalo em Santa Rosa como também a sífilis,
70 pergunta porque isso não é apresentado. Outra pergunta referente as
71 internações por doenças sensíveis não se vê, e também referente os idosos,
72 além do cadastro, quais são as internações e os motivos das internações e
73 quais são as ações que estamos desenvolvendo neste sentido. Ademir
74 responde que é importante a colocação, mas quem definiu os indicadores
75 do quadrimestre foi a comissão intergestora tripartite. Referente a
76 mortalidade infantil e a sífilis estão na relação de indicadores que é
77 apresentado no final do ano, no fechamento. Isso não impede de ser
78 solicitado esses dados numa reunião ordinária ou se for um pedido da
79 comissão de saúde pode ser trazido nos próximos quadrimestres. Ari
80 Desch pergunta qual é o percentual de mulheres que deixaram de fazer
81 preventivo do câncer, referente as mamografias, qual o percentual dos
82 casos de câncer confirmado, qual a evolução e também sobre o câncer de

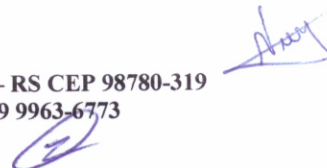


Ata nº. 006/2025

83 próstata, que não viu nenhuma referência, qual o percentual de homens
84 que deixaram de realizar o exame, e o que pode ser feito para prevenir.
85 Ademir responde que foram 1.050 mamografias realizadas no período de
86 3 meses e no ano passado foram 1460, o percentual de quantos deixaram
87 de fazer, fará um levantamento. Quanto ao câncer de próstata, já foi
88 solicitado outras vezes, não está pactuado nos indicadores nem do ano. A
89 conselheira Beatir, verificou os atendimentos no quadrimestre de 2022,
90 foram 247.000, no ano de 2023 foram 193.000, no ano de 2024 foram
91 422.000 e deste ano 380.000 atendimentos, pergunta qual a linha desse
92 atendimentos, se são efetivos ou se são baseados no acolhimento. Outra
93 pergunta, como que funciona o registro de dados para quantificar o item
94 17, os médicos contratados para fazer o atestado de saúde ocupacional e
95 as verificações anuais declaram as incapacidades físicas e também as
96 mentais nas fichas dos empregados e servidores municipais, e de quem é a
97 responsabilidade se é relatado de forma eficaz junto ao banco de dados e
98 qual que é o banco de dados. Outra solicitação, gostaria a apresentação de
99 dados evolutivos por UBS referente aos 5 anos em relação aos indicadores
100 considerados oficiais para pactuação e os indicadores relacionados com
101 hipertensão, diabetes, ostomizados, gestantes, cobertura de aleitamento
102 materno. Acha importante criar uma comissão temporária para fazer uma
103 verificação e sanar todas essas dúvidas, há vários anos são trazidos
104 dúvidas e nunca teve um retorno efetivo da direção da Atenção Básica.
105 Ademir responde que tem uma comissão que analisa os indicadores, pode
106 ser incluída como demanda. Presidente Delcio complementa que no
107 ministério da saúde foram lançados de maneira oficial os indicadores da
108 Atenção Básica, provavelmente no próximo quadrimestre esses dados
109 serão trazidos de forma oficial com base nos dados do Ministério da
110 Saúde. Serão 7 variáveis: mais acesso a atenção primária da saúde,
111 cuidados no desenvolvimento infantil, cuidados a gestante e puérperas,
112 cuidados a pessoa com hipertensão arterial, diabetes, pessoas idosas e
113 cuidados da mulher com câncer. Essa é a nova política da Atenção Básica
114 do Ministério da Saúde. Cláudio acha que poderia ter um relatório para o
115 acesso dos conselheiros. Quanto a avaliação multidirecional da pessoa
116 idosa, precisa-se levar em consideração o tempo de demora da avaliação.
117 Ademir responde que houve um aumento no indicador, no ano de 2024
118 640 idosos foram avaliados e nesse quadrimestre 939 idosos avaliados. A
119 conselheira Márcia solicita a FUMSSAR o número exato de pessoas com
120 diabetes tipo1 e diabetes tipo2 para a próxima reunião do Conselho de
121 Saúde. Beatir questiona a situação da falta da Diretora da Atenção Básica,
122 que poderia facilitar os trabalhos nas UBS, nota que a colega Lidiene está
123 bastante atarefada e na sua opinião adoentada sobrecarregada, a nomeação

Ata nº. 006/2025

124 de diretor da Atenção Básica poderia facilitar a organização das UBS,
125 observa-se que alguns indicadores de UBS diferenciadas não são
126 alcançados. Presidente Delcio responde que respeita sua opinião. Na
127 continuidade da apresentação o contador Rogério Giaretta apresentou o
128 relatório financeiro do 1º Quadrimestre de 2025. Após a apresentação
129 abriu-se espaço para perguntas e respostas. O diretor Rogério esclareceu
130 que no mês de dezembro não foi repassado o recurso do piso da
131 enfermagem do Ministério da Saúde, verificou junto ao RH responsável
132 pelo envio de informações vinculado ao Hospital Vida e Saúde, a
133 Fundação conseguiu fazer o repasse para que os técnicos de enfermagem
134 recebessem em dia. Solicita ao vereador Luís Martins para verificar o que
135 aconteceu. Ari Dresch solicita esclarecimento sobre o superavit de 3
136 milhões. Rogério responde que são diversos recursos, como emendas
137 parlamentares, destinado para equipamentos. Beatir pergunta sobre o
138 recurso do SUS Digital se é destinado para os 78 municípios e qual é o
139 prazo. Delcio responde que o recurso veio para capacitação, mas não é
140 gasto recurso em capacitação para a organização do serviço, assim foi
141 avançado para outro serviço da sala digital em cada município, e não tem
142 prazo. Na continuidade o relator da Comissão Cláudio Souto apresentou o
143 Parecer do Relatório de Gestão, Anexo Financeiro do 1º Quadrimestre de
144 2025. A Comissão de Orçamento e Finanças (COF), reuniu-se no dia
145 22/05/2025, turno da manhã, na sala de reuniões no Centro de Referência
146 em Saúde do Trabalhador (CEREST), com os conselheiros: Beatriz
147 Fiorentine Servat; Cláudio de O. Souto; Márcia T. R. G. da Silva; Neri
148 Potrich Jr; Raul Heimerdinger e Rogério Giaretta. O relatório do anexo
149 financeiro foi apresentado pelo servidor público, o contador Rogério
150 Giaretta. A comissão após a análise dos documentos concluiu: Acessamos
151 o anexo financeiro do relatório de gestão em 16/05/2025, o relator reuniu-
152 se com o contador em 19/05/2025 e a reunião da COF em 22/05/2025.
153 Considerando o tempo de acesso ao anexo financeiro, discussão e
154 elaboração do parecer com qualidade e transparência, reafirmamos,
155 conforme outros pareceres desta Comissão, a realização de audiência
156 pública para o relatório de gestão quadrimestral o mais próximo do final
157 do mês. Solicitamos a consideração da mesa diretora do Conselho
158 articular a audiência pública o mais próximo do final do mês, e ou
159 verificar com o Conselho Estadual de Saúde, a possibilidade de aumentar
160 o prazo de apresentação do relatório de gestão. O município por lei, é
161 obrigado a repassar o percentual mínimo de 15% sobre a sua receita
162 corrente ao Fundo Municipal da Saúde. Neste 1º quadrimestre de 2025,
163 foi repassado o percentual de 21,85%, correspondente ao valor de R\$
164 21.583.507,72. Conclui-se o cumprimento da lei. A Comissão solicita as



Ata nº. 006/2025

165 seguintes informações do planejamento das ações, ou as ações realizadas
166 das seguintes contas recursos: CRAIP, Saúde Prisional, PSE, SUS digital,
167 CER, Alimentação e Nutrição, Equipamentos e materiais para Atenção
168 Básica e o PICS. A Comissão solicita ao gestor da FUMSSAR,
169 informações a destinação do recurso da Justiça Estadual enviado para
170 aquisição de próteses auditivas, e solicita pauta a mesa diretora sobre a
171 residência multiprofissional em saúde da família. A Comissão sente a
172 necessidade da participação da direção da Atenção Primária em Saúde, na
173 reunião da COF, para otimizar o parecer pela quantidade de respostas
174 solicitadas. Foi levantado na reunião, que a Associação de diabéticos tipo
175 I, relata a existência de emenda parlamentar que estaria a disposição na
176 FUMSSAR, para a aquisição de chips/dispositivo para controle de
177 diabetes. A Comissão solicita a necessidade de se completar o quadro de
178 direção da gestão da atenção primária à saúde, com a nomeação da
179 diretora, devido à grande quantidade e complexidade de serviços neste
180 setor. Na Comissão foi mencionado a solicitação por usuários do sistema
181 a necessidade de profissionais da educação física no turno da noite, o que
182 está de acordo com a proposta 25 da 1ª Conferência Municipal de Saúde
183 do Trabalhador e Trabalhadora: Ampliar a oferta de grupos de ginástica,
184 com a coordenação dos profissionais de educação física, incluindo
185 horários noturnos para trabalhadores. A apresentação do orçamento da
186 FUMSSAR para a Comissão foi esclarecedora. Assim, a Comissão
187 entende que o Anexo Financeiro do 1º QUADRIMESTRE de 2025 da
188 FUMSSAR está apto para aprovação. Rogério Silva esclarece que
189 referente ao índice do município de 41%, esse índice é de todo município
190 global. Quando é apresentado que a FUMSSAR tem 28% de aplicação
191 não se refere a mesma receita e sim sobre a receita da FUMSSAR. Outra
192 observação, quando falamos em planejamento em relação a novos
193 servidores, precisamos lembrar que cada servidor concursado ou
194 temporário, ele entra nas despesas do município, se contratamos um
195 servidor efetivo isso se reflete no impacto financeiro e orçamentário por
196 consequência vai impactar nas despesas do PREVIROSA, são fatores que
197 precisam ser analisados no momento do planejamento de uma contratação
198 de um servidor efetivo. Referente a mudança do prazo para apresentação
199 dos relatórios, concorda que o prazo é exíguo, ha uma dificuldade na
200 operação de se formatar os dados com antecedência, e também é uma lei
201 federal de iniciativa do poder executivo da União. O presidente Delcio
202 informa que o tema sobre a residência já foi apresentado na reunião
203 passada e esta em avaliação na FUMSSAR. CRAIP tem saldo que vai se
204 reduzindo na medida que é usado, é um recurso específico. Referente a
205 Prisional, sempre tinha na equipe um médico, hoje a contratação do

Ata nº. 006/2025

206 médico é pessoa jurídica que é um outro custo que acabou gerando um
207 saldo a mesma questão da enfermeira. Referente ao CER, foi acumulado o
208 saldo ao longo do tempo a proposta de usar esse saldo quando concluir o
209 prédio novo. Sobre as próteses auditivas é um programa do TJ que é
210 específico, exigiu que além de atender as próteses normais se fornecesse
211 as outras, não poderá ser direcionado para outros fins. As práticas
212 integrativas estamos trabalhando num novo credenciamento e o recurso
213 será usado. A emenda do deputado Osmar Terra está em fase de execução,
214 equipamentos voltados para a Atenção Básica. Cláudio pergunta sobre as
215 próteses auditivas e dentarias se é o TJ que define e se alguém
216 influenciou. Delcio responde que sim que é portaria do TJ que
217 disponibiliza o recurso para os estados, e este leva o plano de ação.
218 Referente as próteses dentarias, Delcio frisou que tem fila mas não tão
219 significativa como em outros momentos. A residente Ana Luiza da Silva
220 pergunta sobre o superavit de R\$ 118.000, além do auxílio fornecido aos
221 residentes médicos, para onde é destinado o restante do valor. Delcio
222 responde que a questão do uso será avaliado e definido. Sem mais para
223 apresentar, a Comissão de Saúde da Câmara encerrou a Audiência Pública
224 agradecendo a todos os colegas vereadores, conselheiros e demais
225 participantes da audiência pública e passou a palavra para o presidente,
226 Pedro Prestes dos Santos para dar início à reunião Extraordinária do
227 Conselho Municipal de Saúde. De imediato Pedro passou a palavra para a
228 secretária de mesa Beatir para apresentação do edital de convocação, com
229 a seguinte ordem do dia: 1º - Edital de Convocação; 2º - Apresentação e
230 votação do Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre 2025; 3º - Parecer da
231 Comissão Orçamento e Finanças; 4º - Apresentação do Plano Plurianual
232 de 2026-2029 - PPA; 5º - Informes; o conselheiro Cláudio Souto
233 questionou a inclusão do PPA pelo motivo de não ter sido discutido e
234 avaliado para apoiar o voto do conselheiro, de acordo com o artigo 46 do
235 Regimento Interno, § 4º A pauta e o material de apoio às reuniões devem
236 ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez)
237 dias, no endereço eletrônico cadastrado junto a secretaria. Porém o PPA
238 foi enviado dia 22 de maio, apenas 5 dias antes da reunião extraordinária,
239 desta forma alguns conselheiros querem que o PPA seja apenas
240 apresentado nesta reunião e seja concedido prazo para a Comissão de
241 Orçamento e Finanças e demais conselheiros que possuem interesse em
242 discutir, sugerir e elaborar propostas e se reunir em conjunto com a gestão
243 para aprimorar o PPA, assim que a apreciação seja na reunião do dia 10 de
244 junho ou aprovado por *ad referendum* pela mesa diretora conforme
245 previsão regimental. O diretor Ademir responde que a inclusão de pauta
246 poderia ser na hora mas devido ao prazo, lembrando que no início de

Ata nº. 006/2025

mandato sempre é trabalhoso pela realização da conferência, montagem do PPA, plano municipal de saúde, programação da saúde, todos dentro de prazos que o município tem como prerrogativa de 90 dias para isso. Mesmo não atendendo os 10 dias de prazo foi preferido colocar 5 dias antes e não solicitar pauta na hora da reunião. Todos os conselheiros receberam 5 dias antes e não vê problema nenhum a aprovação por ad referendum porque o prazo para encaminhar o PPA é até 31 de maio mesmo sendo após o dia 31 está acordado que se precisar ser feita alguma emenda ou inclusão pode ser feito, porque a aprovação final será no dia 15 de julho e os dados financeiros e das ações estão bem claros. Ademir sugere se for por ad referendum que seja apresentado na próxima reunião. Rogério esclarece que são duas opções: que o PPA seja apresentado e votado hoje ou aprovação por ad referendum e apresentado na próxima reunião. Rogério sugere que seja apresentado e votado nesta reunião. O presidente Pedro sugere que seja colocado em votação; apresentação e votação nessa reunião ou pela aprovação por **ad referendum**. Em processo de votação, foi aprovado para a apresentação e votação nessa reunião com 11 votos favoráveis, 6 votos pela aprovação por ad referendum e duas abstenções. Na continuidade o presidente Pedro colocou em votação o Relatório de Gestão e o anexo financeiro do 1º Quadrimestre de 2025 apresentado e discutido durante a audiência pública. Em processo de votação o relatório e o anexo financeiro foram aprovados por unanimidade. Seguindo a ordem do dia, o diretor da secretaria Extraordinária de Gestão Ademir Rosa apresentou o Plano Plurianual de 2026-2029. Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento. Na sequência o contador Rogério Giaretta apresentou a parte Financeira do Plano Plurianual. Lembra que a comissão não analisou o relatório ainda, que deverá fazê-lo nos próximos dias e se necessário poderá se fazer reajustes, prazo termina em 15 de junho. Após as apresentações abriu-se espaço para perguntas e respostas. Beatir registra prejuízo nesta pauta, para a votação somente 19 conselheiros estiveram presentes, 11 votaram para apresentação, 6 **ad referendum** e 2 abstenções. É notável o prejuízo que se tem para a discussão e leva a rebordar que o colega Ademir falou que a pauta poderia ser incluída hoje. Acredita que não por ser uma

Ata nº. 006/2025

reunião extraordinária que é para a discussão de um assunto. Falou, que a redação está bem feita, mas por exemplo; manter o programa das academias abertas, item excelente, mas muitas academias estão com descuido e problemas. Pergunta se tem contrato vigente, quem faz a manutenção das academias, se tem profissionais suficientes para utilizar as academias. Outra pergunta, estudo de viabilidade para implantar o projeto visando a premiação para servidores e equipes através do sistema de produção atribuído pela população. Considera injustíssimo, a terminologia não discorda a forma de redação mas gostaria de se apropriar como isso se dará, essa pontuação pela população, pois com falta de profissionais, muitas vezes falta medicação, troca de sistema que nem se quer foi divulgada nas redes sociais, até boletim de ocorrências foi registrado, muito difícil o trabalho dentro das UBS, sem apoio nenhum da gestão em termos de divulgação, só nos dois primeiros dias no Instagram, rede de urgência não foi usada a nomenclatura certa, é urgência e emergência e não portas abertas, terceiro turno com quais profissionais, territórios de saúde falta agentes de saúde e exames de endoscopia qual é a estratégia de melhorá-la. Ademir responde, que as academias tem equipe de manutenção e vamos estar informando no grupo dos conselheiros quais são as academias de responsabilidade da FUMSSAR e outras da secretaria de obras, precisamos verificar quais são. Quanto a nomenclatura das portas abertas já foi feito a alteração. Referente a falta de profissionais, sempre procuramos colocar dentro da nomenclatura para garantir o serviço, precisa ser feito uma avaliação que é de competência da gestão da FUMSSAR da mesma forma que está no plano pra esse ano, não está constando no PPA mas está na Programação Anual o item que esse ano precisa ser feito a reavaliação dos territórios, não podemos confirmar a falta de agentes comunitários de saúde antes da análise do território. Rogério complementa que o PPA é usado como regra geral, verbas de programas do governo que serão executados ou mantidos. Quando falamos em manter as academias abertas, elas existem e nos vamos mantê-las, o programa não será encerrado nos 4 anos, esse é o objetivo do PPA com uma estimativa orçamentaria. A empresa ALFA que presta os serviços de manutenção em geral para a FUMSSAR que não é o foco do PPA, se levarmos ao pé da letra não precisávamos apresentar UPA e SAMU, foi assinado contrato de 10 anos conforme a nova lei, e o PPA é de 4 anos. Objetivo do PPA é aprovar as metas e os programas e ações de governo. Próximo inscrito Ari Dresch referente a assistência farmacêutica; questiona que sempre é discutido a medicina alternativa nas conferências, como fica essa alternativa. Outra questão, a cobertura dos agentes de saúde que são a porta de entrada preventiva no sistema SUS. Rogério

Ata nº. 006/2025

329 Silva responde referente os agentes de saúde que não é o momento de
330 discutir. Sobre a medicina alternativa na assistência farmacêutica pode ser
331 incluída como uma ação. O presidente Pedro registra que há tempo o
332 conselheiro Ari defende a medicina alternativa, são ideias boas e
333 precisamos ouvi-lo em um outro momento, será aberto um espaço. Fábio
334 Soares pergunta referente as próteses dentárias, se o repasse é somente da
335 união e do estado. Rogério Giaretta responde se tem necessidade é
336 acrescentado. Fábio responde que tem necessidade que tem uma fila de
337 espera de 42 pacientes somente da Beatriz Oliveira e de Cruzeiro. Explica
338 que tem insistido nesse tema por ser fundamental pela influência na saúde
339 do idoso, quando este não consegue se alimentar direito gera mais custos
340 para o município, acha que precisa ser avançado no programa. Rogério
341 Giaretta explica que esse valor é só o recurso arrecadado e não o que é
342 investido. Num próximo relatório apresentará as despesas mais
343 detalhadas, mas pelo relato falta investimento. Fábio responde que são 4
344 próteses mês. O presidente Pedro considere extremamente relevante a fala
345 do conselheiro Fábio e pede que seja inserido no próximo planejamento.
346 Rogério Giaretta lembra que o valor que vale mesmo é o do orçamento.
347 Maria Benilde ressalta que o PPA não fala em momento algum sobre os
348 indicadores de saúde, sugere que seja acrescentado porque é a forma de
349 nos avaliarmos os resultados obtidos através das ações se nós realmente
350 estamos sendo eficazes. Onde fala "manter e ampliar as ações individuais,
351 coletivas que visam promover saúde etc.. fala em aperfeiçoar todas as
352 linhas de cuidado e cada linha tem um indicador além para ser avaliado,
353 sugere acrescentar avaliação contínua dos indicadores de acordo com as
354 linhas específicas. Rogério sugere incluir o verbo medir. Após os
355 questionamentos o presidente Pedro colocou o PPA 2026-2029 em
356 processo de votação, o qual foi aprovado pela plenária. Seguindo a ordem
357 do dia, a secretária de mesa Beatriz apresentou as justificativas de falta dos
358 conselheiros; Titular Fernanda C. Martins - motivo intimação judicial,
359 titular Juliane Colpo, suplente Neri Potrich - por motivo de envolvimento
360 com atividades da faculdade, titular Fabiana Avellaneda - problemas de
361 saúde do filho, titular Georgina T. da Silva, suplente Celoni Lopes da
362 Silva por motivo de saúde, titular Vanderli de Barros, motivo agenda
363 conflitante, titular Rodrigo Calixto, motivo agenda conflitante. Titular
364 Ines Perini motivo doença. Titular Elimar Bicudo motivo doença
365 internado/cirurgia. Informe: A secretária de mesa Beatriz foi delegada pela
366 pelo presidente Pedro para representar a mesa diretora do Conselho de
367 Saúde junto a posse da 17ª CRASSERS - Coordenadoria Regional de
368 Supervisoras da Educação do Rio Grande do Sul. Não havendo mais nada
369 a tratar, presidente Pedro agradeceu a Câmara de Vereadores pela

Ata nº. 006/2025

370 cedência do espaço onde foi realizada esta reunião extraordinária bem
371 como a utilização dos equipamentos de informática necessários e a
372 presença dos conselheiros e visitantes. Encerrou-se a presente reunião e se
373 lavrou a presente ata, que será colocada em apreciação e votação na
374 próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, depois de
375 lida e aprovada será assinada pelo presidente Pedro Prestes dos Santos e
376 por mim Neiva Junges que a lavrei.

